

# A NOÇÃO DE ATOR NA SEMIÓTICA FRANCESA: DA PERSONAGEM AO ATOR COLETIVO\*

## *THE NOTION OF ACTOR IN FRENCH SEMIOTICS: FROM CHARACTER TO COLLECTIVE ACTOR*

Marcos Rogério Martins Costa

Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo - GEI

**Resumo.** O termo *ator* emerge na tradição semiótica em substituição ao conceito de personagem (ou *dramatis persona*). O objetivo do artigo é retomar os pressupostos teóricos da supracitada noção, trazendo à luz contribuições recentes. A fundamentação teórica deste trabalho se assenta, de um lado, nos estudos seminais da semiótica discursiva (GREIMAS; COURTÉS, 2008; GREIMAS, 1973; 2014), e, de outro, nos desdobramentos recentes da semiótica tensiva (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001). Metodologicamente, este estudo se propõe a ser descritivo (MARCONI; LAKATOS, 2003), fazendo uma retomada bibliográfica, não exaustiva, dos principais pressupostos teóricos relacionados ao conceito de ator e da construção do conceito de ator coletivo. Como resultado, constata-se a relevância do conceito abordado para os estudos discursivos contemporâneos, demonstrando o estado da arte da noção de ator na teoria semiótica.

**Palavras-chave:** semiótica; ator; enunciação.

**Abstract.** The term actor emerges in the semiotic tradition to replace the concept of character (or *dramatis persona*). The aim of the article is to resume the theoretical assumptions of the aforementioned notion, bringing to light recent contributions. The theoretical foundation of this work is based, on the one hand, on the seminal studies of discursive semiotics (GREIMAS; COURTÉS, 2008; GREIMAS, 1973; 2014), and, on the other, on the recent developments of tensive semiotics (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001). Methodologically, this study is intended to be descriptive (MARCONI; LAKATOS, 2003), making a non-exhaustive bibliographical review of the main theoretical assumptions related to the concept of actor and the construction of the concept of collective actor. As a result, the relevance of the concept addressed to contemporary discursive studies is verified, demonstrating the state of the art of the notion of actor in semiotic theory.

**Keywords:** semiotics; actor; enunciation.

**Resumen.** El término actor surge en la tradición semiótica para reemplazar el concepto de personaje (o *dramatis persona*). El objetivo del artículo es resumir los supuestos teóricos de la noción mencionada, sacando a la luz aportaciones recientes. El fundamento teórico de este trabajo se basa, por un lado, en los estudios seminales de la semiótica

discursiva (GREIMAS; COURTÉS, 2008; GREIMAS, 1973; 2014), y, por otro, en los recientes desarrollos de la semiótica tensiva (FONTANILLE ; ZILBERBERG, 2001). Metodológicamente, este estudio pretende ser descriptivo (MARCONI; LAKATOS, 2003), realizando una revisión bibliográfica no exhaustiva de los principales supuestos teóricos relacionados con el concepto de actor y la construcción del concepto de actor colectivo. Como resultado, se verifica la relevancia del concepto dirigido a los estudios discursivos contemporáneos, demostrando el estado del arte de la noción de actor en la teoría semiótica.

**Palabras-clave:** semiótica; actor; enunciación.

## 1. Introdução

O termo *ator* emerge na tradição semiótica em substituição ao conceito de personagem (ou *dramatis persona*). No seio da teoria semiótica houve, segundo Greimas e Courtés (2008, p. 44), uma preocupação com a precisão e a generalização do conceito de ator “de modo a possibilitar o seu emprego fora do domínio literário”, pois, como ilustram os dois semioticistas, tanto um tapete voador quanto uma sociedade comercial podem se manifestar como atores em um texto. A noção de *ator* pode distinguir tanto um actante individual e não figurativo, como destino; quanto um actante coletivo e figurativo (no sentido de antropomorfo ou zoomorfo), como um grupo de comerciantes. O objetivo deste artigo é retomar os pressupostos teóricos desse conceito, trazendo à luz contribuições recentes à supracitada noção que a tornam, ainda mais, considerando as manifestações discursivas e textuais do século XXI.

A semiótica de linha francesa foi fundada por Algirdas Julien Greimas (1917-1992). Greimas foi um linguista lituano. Suas contribuições fundamentam tanto a teoria da semiótica e a narratologia, quanto diversas pesquisas sobre mitologia lituana. A obra inaugural da semiótica foi *Semântica estrutural*, editada pela primeira vez em 1960. As linhas de pesquisas associadas a esse campo têm se multiplicado no Brasil desde 1980, sendo que o próprio Greimas veio ao Brasil diversas vezes e palestrou em distintas instituições de ensino superior espalhadas pelo território nacional<sup>1</sup>.

Metodologicamente, este estudo é descritivo e utiliza a técnica de revisão bibliográfica, conforme a classificação proposta por Marconi e Lakatos (2003). Em outras palavras, o presente texto não tem como propósito levantar hipóteses e testá-las, ou ainda, de promover debates, análises e correlações sobre a aplicação do conceito de ator. A proposta é outra. Propõe-se retomar as bases teóricas em que esse conceito foi cunhado no seio da semiótica e, depois, apontar as contribuições que se fizeram pertinentes nos últimos anos para atualizar e potencializar as aplicações do conceito. O teor deste artigo é promover uma revisão teórica do conceito supracitado no sentido de promovê-lo na área de estudos do texto e do discurso, sem com isso fazer uma revisão exhaustiva, nem o aprofundamento em enlevos epistemológicos desnecessários.

---

1. Para maiores informações sobre a trajetória da semiótica no Brasil e na América do Sul, recomenda-se a leitura de Barros (2012). Sobre as visitas de Greimas e sua trajetória científica, indica-se a leitura do dossiê especial em homenagem ao centenário de nascimento de Greimas, publicado na revista *Estudos Semióticos*, volume 13, n. 2, publicada em dezembro de 2017 (BEIVIDAS; LIMA, 2017).

A fundamentação teórica desta pesquisa, por sua vez, se assenta, de um lado, nos estudos da semiótica discursiva (GREIMAS; COURTÉS, 2008; GREIMAS, 1981; 2014), e, de outro, nos desdobramentos recentes da semiótica tensiva (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001; DISCINI, 2015; COSTA, 2018a; 2018b; 2019). Considerando esses aspectos teórico-metodológicos, os tópicos a seguir abordam cada qual um aspecto do conceito de ator. No primeiro tópico, retoma-se as origens da noção. No segundo, faz-se uma explanação sobre as contribuições teóricas desenvolvidas por semioticistas, entre 1970 e 1980, que consolidaram o conceito na teoria semiótica. No terceiro, são apresentadas as contribuições mais recentes da semiótica tensiva, sobretudo os estudos publicados no século XXI. Eis o percurso que se desenvolverá nesta investigação que se debruça sobre a noção de ator na semiótica francesa.

## 2. Das origens

Para que haja maior entendimento do conceito – sobretudo para os que não são familiarizados com a semiótica de linha francesa –, é preciso destacar que, na tradição greimasiana, distinguu-se *ator* de *actante*. Em linhas gerais, pode-se definir que, enquanto os actantes pertencem a uma sintaxe narrativa, os atores são reconhecidos no nível do discurso. Isso decorre, porque, para além de uma função sintática, os atores possuem um papel temático, isto é, o ator possui um *fazer sintático* e um *ser semântico* – este, inclusive, é reiterado nas manifestações textuais em que o ator atua. Neste tópico, retomam-se as origens desses conceitos, *actante* e *ator*, enfatizando, sobretudo, as bases epistemológicas deste último.

O termo *actante*, como aquele que realiza ou sofre a ação, foi proposto por Tesnière (1988) e, depois, desenvolvido pelos estudos de Greimas e Courtés (2008, p. 20-22). De acordo com os últimos dois semioticistas supracitados, “o termo actante remete a uma determinada concepção da sintaxe que articula o enunciado elementar em funções (tais como sujeito, objeto, predicado), independentemente de sua realização nas unidades sintagmáticas (exemplos: sintagmas nominal e verbal)” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 21). Nessa linha de raciocínio, o predicado é compreendido como o núcleo do enunciado, isto é, segundo Greimas e Courtés (2008, p. 21), “os actantes devem ser considerados como os termos-terminais da relação que é a função”. Essa função é aquela que delinea a construção dos enunciados – sejam os de estado (*ser*), sejam os de transformação (*fazer*) – na narratividade dos textos.

Na progressão do nível narrativo, o actante pode assumir papéis actanciais. Esses papéis são definidos simultaneamente por meio da posição do actante no encadeamento da narração – eis uma definição sintática – e pelo seu investimento modal – eis uma definição morfológica. Em acordo com a proposta de Greimas e Courtés (2008, p. 22), “o herói só o é em certas posições da narrativa: não era herói antes, pode não ser herói depois”. Essa flexibilidade do modelo descritivo da semiótica permite o exame de diversos tipos de textos avançando sobre o modelo de Propp (2006).

As teses apresentadas na *Morfologia do conto maravilhoso*, de Propp (2006), são retomadas parcialmente na teoria semiótica. Para Propp (2006, p. 79), “o importante não é o que eles [personagens] querem fazer nem tampouco os sentimentos que os animam,

mas suas ações em si, sua definição e avaliação do ponto de vista de seu significado para o herói e para o desenvolvimento da ação”. Seguindo essa linha de pensamento, a semiótica e a proposta de Propp convergem, pois, em ambas, os personagens, para Propp (2006), e os actantes e atores, para a semiótica (GREIMAS; COURTÉS, 2008), não são definidos por suas disposições afetivas formuladas na trama das narrativas, mas por sua contribuição ao enredo e a seu impacto sobre o herói – o impacto no programa narrativo de base, no caso da semiótica. Essa é uma tese original se considerarmos os pressupostos literários vigentes no final do século XIX e início do século XX que se embasam sobretudo na fisiologia do herói e/ou no determinismo da trama dentro do enredo dos textos.

Além disso, a noção de função proppiana embasa a proposta semiótica. Para o estudioso russo, “por função compreende-se o procedimento de um personagem, definido do ponto de vista de sua importância para o desenrolar da ação” (PROPP, 2006, p. 22). Nessa proposta, são delimitadas trinta e uma funções que podem ocorrer em sete diferentes personagens. Esses seres ficcionais são, segundo Propp (2006), os únicos elementos que podem se agrupar em feixes de funções. Fica implícito na obra de Propp (2006) que os personagens são feixes de funções. Outra contribuição do morfologista russo vem de sua abordagem, que permite postular um princípio de organização subjacente a unidades sintagmáticas que seriam as funções. Por isso, Greimas e Courtés (2008, p. 224) consideram que a noção de função “serviu de ponto de partida para a elaboração de diferentes teorias da narratividade. Quanto à noção de função, ainda fluida em Propp, pode ser precisada e reformulada em termos de enunciados narrativos”. E foi isso que os semioticistas fizeram: desdobraram as funções de Propp (2006) em enunciados narrativos elementares.

No texto “Os actantes, os atores e as figuras”, Greimas (2014, p. 61-78) examina as principais problemáticas que circundam o conceito de *ator*<sup>2</sup>. O lituano esclarece que entre ator e actante não se estabelece uma simples relação de inclusão de uma ocorrência em uma classe. Diferentemente disso, pode acontecer tanto de um ator se manifestar textualmente por meio de diversos actantes, quanto de um único actante sincretizar diversos atores. Por isso, ator e actantes são “dois níveis autônomos em que se pode situar a reflexão sobre a narratividade” (GREIMAS, 2014, p. 61).

Greimas e Courtés (2008) distinguem dois tipos de actante no interior do discurso enunciado: (a) actantes da comunicação (ou da enunciação) e (b) actantes da narração. Aqueles são “o narrador e o narratário, mas também o interlocutor e o interlocutário (que participam da estrutura da interlocução de segundo grau que é o diálogo)” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 21). Estes, os actantes da narração, são sujeito/objeto, destinador/destinatário que, do ponto de vista gramatical, podem opor actantes sintáticos e actantes funcionais. Os actantes sintáticos estão “inscritos em um programa narrativo dado”; os actantes funcionais “subsumem os papéis actanciais e um determinado percurso narrativo” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 21). Os dois tipos podem distinguir, nos discursos, sujeitos pragmáticos e sujeitos cognitivos, visto que, em um romance policial, por exemplo, o ator informante é tanto aquele que sabe da informação (actante sintático do sujeito do saber,

---

2. A primeira publicação do texto foi na coletânea *Sémiotique Narratif et textuel*, organizada por Chabrol e Coquet (GREIMAS, 1973, p. 161-176).

que é um sujeito cognitivo) quanto aquele que transmite a informação (actante funcional do sujeito que faz saber, compreendido como sujeito pragmático).

Como se pode apreender, as origens do conceito de ator possui relevância na área da narratologia, contribuindo para o desenvolvimento de diversas pesquisas. Esse tópico não teve, como objetivo, ser exaustivo na retomada dos conteúdos teóricos e historiográficos, mas indicar os principais arcabouços teórico-metodológicos que sustentam o conceito de ator.

### 3. Da consolidação do conceito na tradição semiótica

Sobre os actantes da comunicação, Barros (2001) traz uma formulação adequada aos processos de debreagem da categoria de pessoa nos discursos. Debreagem, na teoria semiótica, é uma das operações pelas quais a enunciação realiza a projeção das categorias discursivas no enunciado. Com a debreagem, criam-se, simultaneamente, na instância da enunciação, o sujeito, o espaço e o tempo e, na instância do enunciado, a representação actancial/actorial, espacial e temporal.

Desde os estudos de Benveniste (2005) sobre a instância da enunciação, compreende-se que, em todo enunciado, está pressuposto um *eu*. A teoria semiótica, por sua vez, desenvolve que o *eu* da enunciação projeta, por meio de uma debreagem actancial, um *não eu* no enunciado que é distinto do *eu* da enunciação. Segundo Barros (2001, p. 74), “observe-se que o sujeito da enunciação, instaurado por tais procedimentos [debreagem actancial], está sempre implícito e pressuposto, nunca manifesto, no discurso-enunciado”. A semiotista brasileira reforça que não se deve confundir a enunciação pressuposta com a enunciação enunciada, pois a primeira simula a instância da enunciação, e a segunda, a do enunciado.

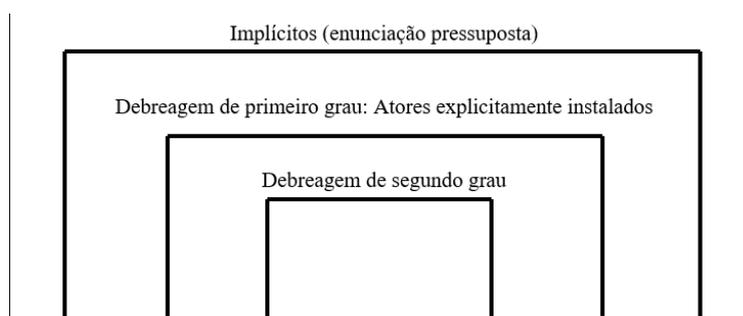
Os enunciados projetam o *eu/tu* da enunciação. Há, então, uma debreagem actancial enunciativa que simula o diálogo entre o *eu* e o *tu* da instância da enunciação no enunciado. Os enunciados também podem fazer a projeção da categoria da não pessoa (*ele*). Nesse outro caso, há debreagem actancial enunciativa. Barros (2001, p. 74, grifos da autora) ressalva que “o eu e o ele projetados são actantes e atores do enunciado, distintos dos da enunciação”.

O mesmo ocorre com as categorias de *tempo* e de *espaço*. Quando simulam a instância da enunciação, projetam o *aqui* e o *agora*, ocorrendo a debreagem espacial e temporal enunciativa. Já quando simulam um outro espaço e outro tempo, distantes do *aqui* e do *agora* da enunciação, são construídos um *alhures* e um *então*. Há, nessa ocasião, a debreagem espacial e temporal enunciativa. Nas análises semióticas, distinguem-se a debreagem enunciativa (*eu-aqui-agora*) e a debreagem enunciativa (*ele-alhures-então*).

As debreagens podem se articular em dois graus. A debreagem de primeiro grau ocorre entre a instância do enunciador/enunciatório, que delega voz à instância do narrador/narratório. O enunciador e o enunciatório são simulacros discursivos pressupostos ao enunciado, isto é, são implícitos a uma totalidade de textos, conforme explica Discini (2009). O narrador e o narratório são as vozes manifestadas no enunciado, delegadas pela instância enunciativa. Elas podem simular a instância enunciativa, por meio de debreagem enunciativa, ou dela se distanciar, por meio de debreagem enunciativa.

No segundo nível, ocorre a debreagem de segundo grau entre a instância do narrador/narratário e o interlocutor/interlocutário. O interlocutor e o interlocutário são as vozes delegadas pelo narrador. Barros (2001, p. 75) propõe o seguinte esquema para entender essas relações.

**Figura 1.** Esquema das debreagens da categoria discursiva de pessoa



Fonte: Reprodução do quadro de Barros (2001, p. 75).

Segundo esse esquema, existem diferenças entre as instâncias dos actantes e atores e as dos actantes da comunicação. Pelos actantes da comunicação, depreende-se que a instância da enunciação possui distintas maneiras de construir a subjetividade nos textos, operando por meio de debreagens enunciativas e enuncivas. Além disso, conforme aponta Barros (2001), há diferentes graus de debreagens.

O esquema de Barros (2001) mostra que a categoria de não pessoa é desenvolvida na construção da subjetividade do sujeito da enunciação que, ao enunciar, pode operar debreagens de primeiro e segundo graus. Dentre as instâncias desse esquema, o que almejamos investigar é o objeto do discurso: o ator do enunciado. É o centro do esquema descrito por Barros (2001, p. 75): “enunciador [narrador [interlocutor [objeto] interlocutário] narratário] enunciatário”.

As debreagens de primeiro e segundo grau são níveis diferentes e, portanto, possuem níveis distintos de relacionamento com o objeto da enunciação. Por isso, na instância da debreagem de primeiro grau, há a relação entre o enunciador-enunciatário e o objeto do enunciado. Já na debreagem de segundo grau, existe o relacionamento entre o narrador-narratário e o objeto do enunciado. Por isso, o ator do enunciado, como objeto do enunciado (nível narrativo) e produto da enunciação (nível discursivo), carrega tanto os valores da debreagem de primeiro grau, quanto os da de segundo grau.

Esse aspecto foi já eluciado por Greimas (2014). Só que o lituano entendeu essa absorção dos valores, sobremaneira, no nível narrativo. Neste artigo, estamos lançando que essa valoração ocorre tanto no nível da debreagem de primeiro grau e no de segundo grau, como também no nível narrativo (objeto narrativo) e no nível discursivo (produto da enunciação)<sup>3</sup>.

3. Fiorin (2016, p. 63), quando aborda a pessoa transformada no texto, assevera que: “o discurso reportado é a citação pelo narrador do discurso de outrem e não apenas de palavras ou sintagmas. É a inclusão de uma enunciação em outra. Nesse caso, há um discurso citante e um discurso citado. Os dois podem pertencer à mesma situação enunciativa ou não. É isso que determina os diferentes tipos de discurso reportado”.

Por exemplo, pode o autor – como enunciador – lançar valores na delegação das vozes, as quais não necessariamente concorde ou apoie, como ocorre em diversos contos (“O espelho”; “A cartomante”; “Adão e Eva”, etc.) e romances machadianos (*Esau e Jacó*; *Dom Casmurro*; *Quincas Borba*, etc.) em que o romancista delega voz a narradores e a personagens irônicos que, ora se aproximam, ora se afastam de determinada ideologia. Com isso, temos no nível narrativo, atores do enunciado que oscilam em sua narrativa, ora sendo objeto de desejo (percurso do sujeito), ora sendo objeto nocivo (percurso do antissujeito), como acontece com Capitu, em *Dom Casmurro*. Já no nível discursivo, aproveitando do mesmo exemplo machadiano, temos o ator do enunciado Capitu, sendo produto da enunciação de Bentinho, que ora a admira e ama, ora a condena e a despreza.

No trecho a seguir, Greimas (2014) confirma essa proposta teórica de apropriação de valores no ator do enunciado. Para tanto, traz o exemplo do comprador de automóvel – só que, como dito acima, o estudioso aborda o nível narrativo do texto. Segundo o lituano, o consumidor não está adquirindo apenas o produto, mas os valores que este carrega, logo:

[...] o que frequentemente se adquire é também um pouco de prestígio social ou um sentimento de poder mais íntimo. O objeto visado não passa, então, de um pretexto, de um local de investimento de valores, um alhures que mediatiza a relação do sujeito consigo mesmo. (GREIMAS, 2014, p. 33).

O objeto, seja ele parte da narrativa (objeto de valor; objeto nocivo; anti-objeto; etc.), seja ele o próprio o enunciado (produto da enunciação, considerando o nível discursivo), é refratário do agir do sujeito, pois “quando a enunciação produz um enunciado, ela faz surgir um valor que manifesta e determina um objeto, e isso independentemente do modo de lexicalização do próprio valor” (GREIMAS, 2014, p. 35). Segundo Greimas (2014, p. 35), “a apreensão do sentido só encontra em seu caminho valores que determinam objetos, e não o próprio objeto; o lexema então se projeta como um engana-vista no local reservado para o objeto e é legível apenas para alguns de seus valores”. Partindo dessa proposição, não é o lexema reiterado no discurso como a presença da *personagem* (por exemplo, as palavras *Branca de Neve*; *Chapeuzinho Vermelho*; *Maria*; *João*; etc.) o objeto do discurso, o ator, mas os valores reiterados em circulação dentro das formações discursivas e ideológicas do discurso incutidos nessa figura (por exemplo, todos os caracteres e as ações que fazem as expressões lexicais *Branca de Neve*, *Chapeuzinho Vermelho*, *Maria*, *João* ou qualquer outro termo *ser* e *parecer* aquele objeto do discurso). Em outras palavras, a definição de uma palavra ou a sua reiteração no texto não cria, necessariamente, uma personagem ou um ator do enunciado, mas sim, o percurso narrativo e a discursivização do objeto do enunciado.

Como Barros (2005, p. 85) afirma, na semântica discursiva pode-se examinar “a disseminação dos temas no discurso, sob a forma de percursos, e o investimento figurativo dos percursos”. Entende-se que o conceito de ator pode ser investigado nos textos selecionados por meio dos temas e das figuras que o constroem e não somente pela reiteração do lexema que o nomeia (o que, em última instância, nos levaria a uma investigação da onomástica – que nem sempre é produtiva ao estudo linguístico e/ou literário dos textos). Isso, segundo Greimas e Courtés (2008, p. 148-149), seria apenas um efeito de iconização que consiste em revestir exaustivamente as figuras de alguma forma a produzir uma espécie de ilusão

referencial, que, em hipótese, pode transformá-las em imagens do mundo. Um exemplo disso seria a repetição de um som para chamar a atenção de um interlocutor desatento como: Psiu! Psiu! Psiu! Esse efeito, por mais útil que seja aos seus propósitos, não cria um ator do enunciado. Prova-se, assim, que a iconização não fomenta, necessariamente, a criação de um ator.

Greimas (2014, p. 61) afirma que as estruturas actancial e actorial podem explicar a organização do imaginário humano, pois este se constitui como “projeção tanto de universos coletivos quanto individuais”. No *Dicionário de semiótica*, no verbete *actante*, “levando-se em conta o papel que ele [actante] desempenha, ao nível da semântica discursiva, graças ao procedimento da figurativização, diremos que o actante é individual, dual ou coletivo” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 21).

Sobre os actantes da narração, Greimas (2014, p. 62) reitera que “se ao verbo-predicado do enunciado for atribuído o estatuto de função (no sentido lógico de relação formal), podemos definir o enunciado como uma relação entre os actantes que o constituem”. Na teoria narratológica do mestre lituano, duas espécies de enunciados narrativos são diferenciadas: uma em que o sujeito se dirige ao objeto, e a outra em que um destinador dirige um objeto a um destinatário. A primeira espécie opera “no plano da relação do homem que com seu trabalho produz valores-objeto e os coloca em circulação no âmbito de uma estrutura de troca” (GREIMAS, 2014, p. 63). A segunda espécie sustenta-se “no plano individual, ou seja, da relação do homem com o objeto desejado e da inserção deste nas estruturas da comunicação inter-humana” (GREIMAS, 2014, p. 63). São esquemas elementares os quais se “apresentam como posições formais que permitem a eclosão e a articulação do sentido” (GREIMAS, 2014, p. 63, grifo do autor).

Do ponto de vista da produção dos discursos, Greimas e Courtés (2008, p. 45) propõem uma estrutura actorial, “já que os diferentes atores do discurso são constituídos como uma rede de lugares que, vazios por natureza, são lugares de manifestação das estruturas narrativas e discursivas”. Por isso, “o ator não é somente lugar de investimento desses papéis [actancial e temático], mas, também, de suas transformações, consistindo o discurso, essencialmente, em um jogo de aquisições e de perdas sucessivas de valores” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 45). Por isso, outro procedimento teórico-metodológico consiste em examinar o ator do enunciado, como objeto do discurso, verificando neste como se refletem e refratam as relações semânticas das formações discursivas e ideológicas com as quais o sujeito da enunciação dos textos dialoga<sup>4</sup>.

No verbete *actorialização* do *Dicionário de semiótica II*, Panier (1986, p. 12, tradução nossa) define essa noção “como componente da produção do discurso (discursivização), a *actorialização* pode ser considerada como resultado da performance da enunciação”. Considerando essa proposta, indicamos, neste artigo, que é na etapa da performance do ato de enunciar dos discursos que é possível investigar, na *actorialização*, essas relações semânticas das formações discursivas e ideológicas com as quais o sujeito da enunciação dos textos se associa (em concordância ou divergência), como já está, amplamente, discutido pelos estudos de Barros (2001), Discini (2015) e Fiorin (2016).

---

4. Para estudar os conceitos de *formações discursivas* e *ideológicas*, indicam-se os estudos de Maingueneau (1997; 2007) e Fiorin (1988).

Na etapa de performance do sujeito enunciador dos discursos, a atuação do ator é considerada como actante dos programas de uso que auxiliam o programa de base. Como indica Greimas (2014, p. 69), os papéis actanciais associados à competência do sujeito “podem ser manifestados tanto pelo ator que corresponde ao próprio sujeito quanto por atores disjuntos. Nesse último caso, o ato individualizado será denominado, em seu estatuto de auxiliar e conforme pertencer à dêixis positiva ou negativa, ora adjuvante ora oponente”.

De acordo com Barros (2001, p. 76), a voz delegada do interlocutor em debreagem de segundo grau pode ser entendida “como recurso na criação de efeitos de verdade e como meio de passar a responsabilidade do que é dito àquele que se cita em discurso direto”. Nesse sentido, para depreender as relações semânticas das formações discursivas e ideológicas, vamos, neste artigo, analisar o conceito de ator no discurso indireto e no indireto livre, sendo o discurso direto em debreagem de segundo grau analisado de maneira pontual. Essa escolha teórico-metodológica se deve às coerções do objeto em análise, o *ator* em detrimento ao conceito de *personagem*, bem como ao nível de análise que selecionamos para este estudo.

#### 4. Dos desdobramentos teóricos

Neste tópico, apresentamos desdobramentos teóricos que são mais recentes acerca do conceito de ator, abordando, de forma sucinta, as inter-relações entre essas propostas, lançadas, sobretudo, depois dos apontamentos da semiótica tensiva, de Fontanille e Zilberberg (2001). Antes de nos debruçar sobre a perspectiva tensiva e seus horizontes, vamos retomar algumas premissas teórico-metodológicas que a antecederam.

Em Panier (1986) e nos desdobramentos recentes da semiótica, encontramos as seguintes reflexões. Panier (1986, p. 12, tradução nossa) ressalta que “a disposição e a distribuição de atores debreados no enunciado manifestado constroem um conjunto de tipos ‘não eu’, que devem ser correlacionados à instância de enunciação (‘eu’), a qual eu pressupõe a actorialização”. Essa abordagem confirma, mais uma vez, a pertinência de se estudar o objeto do discurso como parte da categoria de não pessoa (BENVENISTE, 2005) que, semioticamente, pressupõe a presença do sujeito da enunciação e de suas formações discursivas e ideológicas (DISCINI, 2015; GREIMAS; COURTÉS, 2008; BARROS, 2001). Sobre o conceito de presença, a semiótica discursiva e tensiva traz contribuições ao entendimento da abordagem teórico-metodológica que construímos para o estudo do ator e que, avançaremos, quando chegarmos a concepção de *ator coletivo*.

Conforme explicam Greimas e Courtés (2008, p. 382), “na perspectiva da semiótica, a presença (o ‘estar aí’) será considerada como uma determinação atribuída a uma grandeza, que se transforma em objeto de saber do sujeito cognitivo”. A fim de examinar essa determinação, Greimas e Courtés (2008, p. 195) propõem: “dir-se-á que um sujeito semiótico não existe enquanto sujeito senão na medida em que lhe pode reconhecer pelo menos uma determinação; ou seja, que ele está com um objeto-valor qualquer” e, do mesmo modo, “um objeto [...] só o é enquanto esteja em relação com um sujeito, enquanto é ‘visado’ por um sujeito. É a junção que é a condição necessária tanto à existência do sujeito quanto à dos objetos”.

Observando essa discussão greimasiana, vamos tratar sobre os modos de existência, no viés da semiótica francesa. Destaca-se que a *existência* é uma categoria desenvolvida pela semiótica, mas é oriunda da linguística saussuriana. A dualidade entre *virtual* e *real* surge na linguística estrutural quando Saussure (2012) distingue as relações sintagmáticas das relações associativas: “a relação sintagmática existe *in praesentia*; [a relação sintagmática] repousa em dois ou mais termos igualmente presentes numa série efetiva. Ao contrário, a relação associativa une termos *in absentia* numa séria mnemônica virtual” (SAUSSURE, 2012, p. 172).

Na semiótica discursiva, essa dualidade se desdobra em uma tríade: *virtualizado*, *atualizado* e *realizado*. O *modo da virtualidade* condiz ao sistema *in absentia* aos usos da linguagem; a atualização e a realização, ao processo *in praesentia* com relação também aos usos. Diferencia-se atualização da realização, porque aquela diz respeito ao processo narrativo; e esta, ao processo linguístico (ZILBERBERG, 2007). Greimas e Courtés (2008, p. 46-47) explicam que o *modo atualizado* é um termo complexo, porque é, ao mesmo tempo, *in praesentia* e *in absentia*. Conforme Zilberberg (2007), o *modo atualizado* caracteriza, no nível das profundezas do texto, a disjunção entre o sujeito e o objeto de valor e, no da superficialidade discursiva, a privação de um bem.

Nos estudos sobre semiótica das paixões (GREIMAS; FONTANILLE, 1993), o modelo descritivo da semiótica discursiva vai propor o *modo existencial potencializado* e a *virtualização das estruturas de significação*. Relaciona-se o *modo potencializado* à *memória esquemática* dos sujeitos e dos objetos (DISCINI, 2015). Durante muito tempo, a potencialização foi deixada de lado nos estudos semióticos, ganhando maior precisão nos desdobramentos tensivos (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 123-151; TATIT, 2010, p. 155).

Zilberberg (2007, p. 21) alerta que foi necessário “algum tempo para compreender que a virtualidade e a virtualização, apesar de seu radical comum, não tinham nada a ver uma com a outra; foi preciso algum tempo para tornarem-se claras as relações de pressuposição e discernir os protocolos observados nos discursos”. A virtualidade pressupõe as estruturas *in absentia*, já a virtualização supõe que as estruturas estão latentes desde as grandezas mais ínfimas do sentido.

Conforme Zilberberg (2007, p. 21) explica, essas cinco operações (virtualidade, virtualização, potencialização, atualização e realização) “deveriam permitir descrever a circulação, a entrada, a saída, a volta das grandezas no interior do campo de presença”. Todavia, o arsenal teórico-metodológico da semiótica discursiva, ao considerar apenas os objetos entesouráveis, não conseguia dar conta da circulação das grandezas do sensível. Por isso, a semiótica tensiva, asseverando que o eixo do sensível prevalece sobre o eixo do inteligível, traz outras contribuições para os modos de presença, ampliando o escopo da teoria. Eis a novidade/originalidade da perspectiva da semiótica tensiva se comparada com a semiótica discursiva ou narratológica.

Ao invés de reafirmar a presença pela junção (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 172-173), propõe-se construí-la com base na *tonicidade perceptiva*. Na abordagem tensiva, privilegia-se o seguinte caminho: da *tonicidade* para a *diferença*. Procura-se, primeiro,

investigar as modulações do *eixo do sensível* para, então, depreender as modulações do *eixo do inteligível*. Há, então, uma modulação tanto no eixo do sensível, quanto no eixo do inteligível.

De acordo com Fontanille e Zilberberg (2001, p. 133), o simulacro semiótico – a própria semiose dos planos da linguagem – procederia de um acordo entre duas modulações extremas que “são, por um lado, o excesso de presença do mundo natural (o ‘pleno’ da expressão, a plenitude sensível das tensões) e, por outro, o excesso de ausência do mundo interior (o vazio de conteúdo, a ausência de articulações)”. A existência semiótica, na perspectiva tensiva, afirma-se “na busca de um equilíbrio tensivo entre os diferentes modos de existência (a potencialização, a virtualização, a atualização e a realização), que organizam o campo perceptivo e, transitando através do percurso gerativo, condicionam a própria semiose discursiva” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 133).

Ao propor que a presença seja modulada pela tonicidade perceptiva, Fontanille e Zilberberg (2001) afirmam que dois gradientes podem sustentar essa modulação: o foco e a apreensão. O foco mantém a intencionalidade de uma captura perceptiva; a apreensão representa as vicissitudes dessa captura. Então, esses dois gradientes modulam o fechamento (foco) e a abertura (apreensão) do campo perceptivo. Por intermédio da maior ou da menor força tônica, os dois semioticistas propõem a seguinte rede de correlações:

Quadro 1. Rede de correlações entre foco e apreensão

|                  | Foco tônico | Foco átono |
|------------------|-------------|------------|
| Apreensão tônica | Plenitude   | Inanidade  |
| Apreensão átona  | Falta       | Vacuidade  |

Fonte: Reprodução do quadro de Fontanille e Zilberberg (2001, p. 131).

Partindo dessas modulações da tonicidade, os dois semioticistas articulam os quatro gradientes depreendidos às relações existenciais de sujeito e objeto. Obtém-se a modalização existencial em perspectiva tensiva: “a plenitude é realizante, a falta é atualizante, a vacuidade é virtualizante e a inanidade é potencializante” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 131, grifos dos autores). Dois percursos existenciais são projetados pela tensividade entre os eixos da extensidade e da intensidade. Da presença à ausência, os semioticistas preveem o seguinte percurso: “a inanidade (a potencialização) constitui uma ‘perda’ de densidade existencial, provocada pela anulação do foco, perda que conduz da presença (realizante) à ausência (virtualizante)” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 135). Da ausência à presença, propõe-se o caminho inverso: “a perda (atualizante) proporciona um ganho de densidade existencial, devido à intensidade do foco, no caminho que leva da ausência à presença” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 135).

As modulações existenciais incidem nas três dimensões constitutivas da enunciação, a actancialidade, a temporalidade e a espacialidade. Trazemos à luz os impactos dessas modulações na actancialidade. “No que concerne ao actante, podemos considerá-lo, quer na perspectiva da intensidade, quer na da extensidade” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p.136). Na intensidade, os dois semioticistas concebem a actancialidade entre o compacto e o difuso, sendo este o extremo do sensível e aquele o mais próximo do inteligível. Na

extensidade, a actancialidade é investigada pela quantificação entre o uno, o mais sensível e tônico, e o numeroso, o mais inteligível e menos tônico. Nessa abordagem tensiva, a dêixis da presença se associa à dêixis da indivisão, enquanto que a dêixis da ausência se avizinha à dêixis da divisão.

Fontanille e Zilberberg (2001) afirmam que cada um dos pontos desse quadrado semiótico são gradientes das modulações existenciais do actante sujeito e objeto. Com o compacto, os semioticistas confirmam estarmos diante da presença viva, pois “a intensidade está no auge, e a morfologia associada é a do uno, do singular” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 137). Com o distribuído, há diminuição das tensões que fracionam o corpo tensivo do actante, resultando na morfologia do dividido que também pode ser nomeado como discreto, serial. Essa porção se instaura por meio da potencialização, visto que, de acordo com Fontanille e Zilberberg (2001, p. 137), “toda articulação, na medida em que contraria a fusão, vale como distensão, levando à potencialização e afinal à virtualização da própria intensidade”, isto é, ao não se fundir sensivelmente, as grandezas perdem a tonicidade e a força de impacto.

Na ordem da virtualização, “com o difuso, do ponto de vista da intensidade; e o numeroso, o ponto de vista da extensidade; a distensão se manifesta pela distância estabelecida entre o sujeito e o objeto [...]” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 137). Na instância da atualização, por sua vez, temos a restituição da intensidade. Nessa modulação, não há força o suficiente para se realizar, pois agrupa massas pouco articuladas, mas que já tendem a se individualizar.

Para analisar o campo tensivo que sustenta o ator em perspectiva do fazer social dos textos e discursos, partimos desses pressupostos lançados por Fontanille e Zilberberg (2001). Retomando as teses apresentadas em Costa (2018a; 2018b), percebemos que a noção de *ator coletivo* é uma contribuição para o desdobramento do conceito de ator, uma vez que desenvolve o fazer social que está intrinsecamente atrelado ao fazer linguageiro da comunidade de fala.

Para entender o que é ator coletivo, é preciso antes revisitarmos a noção de *actante coletivo*. O actante coletivo foi, pela primeira vez, proposto por Greimas e Landowski (1981), em um exame do discurso jurídico a partir da lei n. 66.537, de 24 de julho de 1966, que abordava as sociedades comerciais. Esse estudo foi encomendado, em 1970, pelo Centro de Pesquisa sobre Direito das Transações da Câmara de Comércio e Indústria de Paris. Greimas organizou e orientou um grupo de trabalho que estudou as relações linguísticas e discursivas presentes no texto da referida lei. No grupo, participaram diversos estudiosos como G. Burcher, Claude Chabrol e Paolo Fabbri. Eric Landowski foi responsável por redigir o relatório final, sintetizando as diversas análises dos membros do grupo. Mais tarde, Greimas publicou um resumo corrigido do relatório dessa pesquisa na coletânea *Semiótica e ciências sociais*, a qual consultamos e fazemos referência neste artigo (GREIMAS; LANDOWSKI, 1981).

Compreendendo esse panorama, Greimas e Landowski (1981) entendem que o actante coletivo abre um paradigma diferente no *continuum* do discurso, uma vez que se permite observar a diferença entre o actante individual e o coletivo para além da individuação, ou seja, da unicidade e da historicidade:

[...] a possibilidade de construção de actantes coletivos depende de nossa faculdade geral de imaginar diferentes modos de existência de “seres quantitativos”, de conceber, no *continuum* do mundo, diferentes recortes em unidades e totalidades descontínuas, sendo justamente unidade e totalidade categorias universais que tornam possível semelhante recorte (GREIMAS; LANDOWSKI, 1981, p. 85).

O ganho teórico da noção de actante coletivo é que ela “permite não apenas determinar o estatuto da sociedade comercial no nível chamado profundo, mas também pode servir de base às considerações sobre a natureza do grupo de sociedades” (GREIMAS; LANDOWSKI, 1981, p. 86). Nesse sentido, Costa (2019, p. 32-33) sustenta que é “apropriado o conceito de ator coletivo, uma vez que a noção de ator pressupõe, pelo menos, um papel temático e um papel sintático, enquanto que a de actante prevê apenas um papel sintático”. É preciso destacar que “[...] existem atores coletivos que possuem tanto um campo de funções no discurso, como também um recorte semântico construído *nas e pelas* formações discursivas e ideológicas em que circulam” (COSTA, 2019, p. 33).

Isso quer dizer que o actante coletivo possibilita apreender o fazer sintático que é conduzido pelo fazer social das inter-relações presentes na narratividade dos textos e discursos. Já o ator coletivo permite apreender tanto esse fazer sintático, quanto o recorte semântico que é refração e, ao mesmo tempo, reflexo das formações discursivas e ideológicas dos textos e discursos. Para que essas concepções fiquem mais claras, pode-se retomar as análises de Costa (2018a; 2019) sobre o ator coletivo *manifestante de rua*.

Para Costa (2018a; 2019), o manifestante de rua não é examinado como um sujeito de carne e osso que é reconhecido pela sua existência no aqui e no agora do presente manifestado do mundo natural. O estudioso apreende esse sujeito a partir do que o discurso jornalístico (re)cria, isto é, sobre o que é dito sobre esse sujeito nos jornais de grande circulação e na mídia dita alternativa – isto é, especializada e/ou veiculada em canais distintos dos de massa, como TV e rádio. Logo, a abordagem utilizada, não é referencial, isto é, não depende de um referente no mundo, mas de um objeto construído *na e pela* linguagem.

Com isso, não se está dizendo que as notícias e as reportagens coletadas e analisadas por Costa (2018a; 2019) não se referem a acontecimentos que, de fato, ocorreram, mas que essa premissa não foi utilizada pelo pesquisador – isto é, o referente no mundo – para se compreender o sujeito e suas relações textuais – como, frequentemente, acontece em análises literárias de caráter biografizante. Além disso, o ator *manifestante de rua* foi escolhido, porque possui características discursivas que o definem “[...] tanto como uma coletividade – quando entendido como um grupo que protesta contra ou a favor de determinadas pautas – quanto como um actante suscetível de individuação, isto é, uma pessoa que pode ser nomeada, situada espaço-temporalmente e predicada sucessivamente” (COSTA, 2019, p. 33-34).

Partindo dessa perspectiva, Costa (2018a) analisou as manifestações de rua ocorridas em São Paulo-SP, em junho de 2013 e as realizadas em março de 2015 na mesma capital. Neste artigo, retomamos apenas as reflexões sobre os protestos ocorridos em junho de

2013<sup>5</sup>. O referido estudioso utilizou, como material de análise, dois conjuntos de texto: de um lado, editoriais e reportagens de jornais de grande circulação, *Folha de S. Paulo (Folha)* e *O Estado de S. Paulo (Estado)*, e, de outro, postagens do Facebook oficial da Mídia Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação – conhecida pela alcunha *Mídia Ninja*<sup>6</sup>. Os dois conjuntos de texto foram publicados e, concomitantemente, coletados pelo pesquisador em junho de 2013.

O exame do ator *manifestante de rua* auxiliou na apreensão de parte da estratégia do enunciador, seja o dos jornais *Folha* e *Estado*, seja o da *Mídia Ninja*. Como Costa (2018a) apontou, os jornais *Folha* e *Estado* construíram o ator manifestante de rua como numericamente pequeno e como oponente de seus valores (COSTA, 2018a). Já a *Mídia Ninja*, vez o inverso, agigantou o ator manifestante de rua e o acolheu como adjuvante de seus valores. Uma vez que o ator do enunciado é o mesmo – isto é, aquele que é descrito como *manifestante de rua* –, pode-se inferir que o tratamento discursivo dado pelo enunciador interfere em sua manifestação textual. Daí se vê a pertinência de se reconhecer que existe um fazer social que está presente, interdiscursivamente, na produção do sentido, seja nas escolhas que o enunciador faz ao se expressar, seja no modo como o objeto da língua é construído – neste último, está a importância de estudar o ator coletivo.

Retomando o esquema canônico das instâncias actanciais, reproduzido na Figura 1, com base no estudo de Barros (2001), enfatizamos que existem diferenças entre as instâncias dos actantes e atores coletivos e as dos actantes da comunicação. Pelos actantes da comunicação, concebe-se que a instância da enunciação possui distintas maneiras de construir a subjetividade nos textos, operando por meio de debreagens enunciativas e enuncivas, o que já estava pressuposto nos estudos da semiótica narrativa e discursiva (GREIMAS; COURTÉS, 2008). Além disso, conforme já apontava Barros (2001), há diferentes graus de debreagens. A novidade e a originalidade dos actantes e atores coletivos, entendidos como objetos deste estudo, não se situam nesse nível de análise.

A análise dos actantes e dos atores coletivos se dá no nível tensivo, como apresentamos na Figura 2. A tonicidade precede a diferença tal qual o eixo do sensível rege o do inteligível. Com isso, queremos dizer que, antes do enunciador diferenciar, de maneira inteligível, que está tomando posição X ou posição Y ao enunciar, ele está, tensivamente, mais próximo da posição X ou da posição Y. Isso não se dá em relação à subjetividade do discurso – como se previa, em estudos biografizantes ou psicologizantes. Isso se dá em discurso pelos sintagmas concessivos (crer no inacreditável/ não crer no acreditável) e pelos sintagmas implicativos (crer no acreditável/ não crer no inacreditável), como sustentam Zilberberg (2011) e Fontanille e Zilberberg (2001).

---

5. As manifestações de rua começaram em São Paulo-SP em 6 de junho de 2013 em decorrência do aumento da tarifa de transporte público na capital paulista. No final da tarde do dia 19 de junho do mesmo ano, o aumento foi revogado. Todavia, os protestos não se encerraram e se alastraram para outras regiões do Brasil, ganhando novas reivindicações e bandeiras de luta. De acordo com Gohn (2014), os protestos se perpetuaram até maio de 2014.

6. A própria organização se define da seguinte maneira: “A Mídia NINJA foi fundada em 2013 e ganhou notoriedade durante as manifestações de junho que reuniram milhões nas ruas do Brasil. À ocasião realizou coberturas ao vivo de dentro dos protestos, com múltiplos pontos de vista invisíveis na mídia tradicional. Em 2016 foi uma das principais iniciativas de resistência na luta pelo fortalecimento da democracia em meio a instabilidade política. Hoje a rede engaja mais de 2 milhões de apoiadores e cerca de 500 pessoas diretamente envolvidas com o suporte de casas coletivas pelo Brasil. Em 2013, ganhou o Shorty Awards for our Social Media Profile” (MÍDIA NINJA, 2020).

Diante desse resultado de análise, pode-se questionar: qual é a consequência para a formulação do ator coletivo essa maior ou menor aproximação com polos inteligíveis, em um movimento tensivo? Isso é uma evidência analítica de que, desde o nível tensivo, o ator subsume valores, os quais podem estar expressos até nos atores coletivos -lembrando que estes últimos não necessariamente são construções determinadas pela instância da enunciação, isto é, pelo sujeito da enunciação. A proposta de Costa (2018a; 2018b; 2019) – e agora reafirmada neste estudo – lança bases teóricas e resultados analíticos que confirmam os atores do enunciado carregam, desde o nível tensivo até o discursivo, valores, os quais podem estar expressos na relação entre enunciador-enunciatório (pelo posicionamento do sujeito da enunciação), mas também na relação do texto com a esfera de enunciação (pela maior ou menor aproximação com os polos tensivos de uma situação enunciativa).

Aplicando esses sintagmas no caso das manifestações de rua de junho de 2013, pode-se depreender que os sintagmas concessivos suplantaram os sintagmas implicativos. Isso decorre, porque, embora inicialmente fossem manifestações pequenas, tornaram-se eventos com grande apoio popular. Esse contexto desmontou os sintagmas implicativos, predominantes nos jornais de grande circulação, ao mesmo tempo que estimulou os sintagmas concessivos da mídia alternativa. Como se pode apreender, as conclusões que o Costa (2018a) chegou em referência aos textos jornalísticos analisados não destoam das propostas teóricas sustentadas pela semiótica tensiva.

Como se pode acompanhar neste tópico, o ator do enunciado pode ser entendido como objeto do discurso. Nesse sentido, sua análise é potencializada para outras dimensões. Infere-se novas dimensões no *continuum* do discurso, como fazem Greimas e Landowski (1988) ao distinguirem o actante coletivo do actante individual. Pode-se, ainda, definir a existência do ator coletivo que, sem superar, omitir ou obliterar o actante coletivo, subassume-o, uma vez que, além de um fazer sintático, tem um papel semântico, que, como vimos, não parte do inteligível – o que voltaria ao primado do subjetivismo –, mas se encontra no sensível que rege o inteligível, em consonância com o prisma da semiótica tensiva (COSTA, 2018a; 2019; ZILBERBERG, 2011; FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001).

## 5. Considerações finais

Este artigo cumpriu seu objetivo, pois conseguiu retomar os pressupostos teóricos do conceito semiótico de ator, abordando contribuições recentes. Metodologicamente, o estudo desenvolveu, de maneira descritiva e com base na técnica de revisão bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2003), as discussões principais que sustentam o referido conceito, sobretudo, no seio da teoria semiótica.

Como dito, a proposta do artigo não foi desdobrar hipóteses, nem fazer análises de textos e/ou discurso. Quando foi necessário foram utilizados exemplos retirados dos textos teóricos analisados, como o do ator coletivo *manifestante de rua*, retirado de Costa (2018a; 2019). A principal contribuição deste texto foi apresentar os estudos mais recentes sobre o tema, atualizando o leitor e, ao mesmo tempo, potencializando as aplicações do conceito dentro da área de estudo dos textos.

De forma geral, compreende-se, neste artigo, que a noção de ator traz desdobramentos teóricos para os objetivos dos estudos do texto e do discurso. Como resultado, constata-se a relevância do conceito abordado para os estudos discursivos contemporâneos, o que foi demonstrando, neste estudo, a partir da discussão do estado da arte da noção de ator na teoria semiótica.

## 6. Referências

- COSTA, M. R. M. **Perfis do ator coletivo “manifestante de rua”**: das jornadas de junho de 2013 aos protestos de março de 2015. 2018. 429f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018a.
- COSTA, M. R. M. Por trás do editorial: um estudo semiótico sobre o ator manifestante de rua. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 47, p. 866- 880, 2018b.
- COSTA, M. R. M. Sobre o conceito de ator coletivo: a construção discursiva do manifestante de rua em postagens do Facebook da Mídia Ninja. **Estudos Semióticos**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 31-47, 2019.
- BARROS, D. L. P. de. A semiótica no Brasil e na América do Sul: rumos, papéis e desvios. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p.149-186, jan.-jun., 2012.
- BARROS, D. L. P. de. **Teoria do discurso**: fundamentos semióticos. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, 2001.
- BEIVIDAS, W.; LIMA, E. S. Uma homenagem ao centenário de Algirdas Julien Greimas. **Estudos Semióticos**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. i-v. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2017.141596> Acesso em: 31 ago. 2020.
- BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.
- DISCINI, N. **O estilo nos textos**: história em quadrinhos, mídia e literatura. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- DISCINI, N. **Corpo e estilo**. São Paulo: Contexto, 2015.
- FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1988.
- FIORIN, J. L. **Astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, tempo e espaço. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. **Tensão e significação**. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, 2001.
- GOHN, M. da G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GREIMAS, A. J. Les actants, les acteurs et les figures. In: CHABROL, C.; COQUET, J.-M. (Dir.). **Sémiotique narrative et textuelle**. Paris: Larousse, 1973, p. 161-176.
- GREIMAS, A. J.. **Sobre o sentido II**: ensaios semióticos. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Nankin; Edusp, 2014.

- GREIMAS, A. J. LANDOWSKI, É. Análise semiótica de um discurso jurídico: a lei comercial sobre as sociedades e os grupos de sociedade. In: GREIMAS, A. J. (Org.). **Semiótica e ciências sociais**. Tradução de Álvaro Lorencini e Sandra Nitrini. São Paulo: Cultrix, 1981, p. 69-113.
- GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. **Semiótica das paixões**: dos estados de coisas aos estados de alma. Tradução de Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Ática, 1993.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAINGUENEAU, D. Os termos-chave da análise do discurso. Tradução de Maria Adelaide P. P. Coelho da Silva. Lisboa: Gradiva, 1997.
- MAINGUENEAU, D. **Gênese do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2007.
- MARCONI, M. de A.e; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MÍDIA NINJA. **Quem somos**. 2020. Disponível em: <https://midianinja.org/quem-somos/> Acesso em: 31 ago. 2020.
- PANIER, L. Actorialisation. In: GREIMAS, algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Sémiotique – Dictionnaire raisonné de la théorie du langue II (compléments, débats, propositions)**. Paris: Hachette, 1986, p. 12.
- PROPP, V.. **Morfologia do conto maravilhoso**. Tradução de Jasna Paravich Sarhan. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Cultrix, 2013.
- TATI, L. **Semiótica à luz de Guimarães Rosa**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.
- ZILBERBERG, C. Louvando o acontecimento. Tradução de Maria Lucia Vissotto Paiva Diniz. **Galáxia**, São Paulo, v. 13, p. 13-28, jun. 2007.
- ZILBERBERG, C. **Elementos da gramática tensiva**. Tradução de Ivã Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.